



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 18 - Nº 326 - DE 05 a 18 DE SETEMBRO DE 2006 - R\$ 1,50

**Os ataques da Volks são parte de uma ofensiva geral dos capitalistas.  
Devem ser respondidos pelos trabalhadores de forma unitária:**

**Assembléia geral dos metalúrgicos do ABC!  
Greve com ocupação das fábricas!  
Exigir que não seja feita nenhuma demissão!  
Lutar pela Escala Móvel das horas de trabalho!  
Estatização das multinacionais e dos bancos,  
sem indenização e sob controle operário!**

**VOTE NULO (digite 00)**



**Pelo programa da Revolução Proletária e Socialismo  
e pela defesa da luta pelas reivindicações das massas**



- Contra o salário mínimo de fome
- Contra o desemprego e a superexploração do trabalho
- Contra o latifúndio e a repressão aos trabalhadores sem-terra
- Contra a destruição da educação
- Contra a opressão nacional e o imperialismo
- Contra a enganação eleitoral



- Contra os candidatos burgueses, do governo ou da oposição
- Contra aqueles que se dizem socialistas mas ajudam a enganar as massas

- ➔ Pelo salário mínimo vital de R\$ 2500,00
- ➔ Pela Escala Móvel das Horas de Trabalho (nenhum desempregado, emprego a todos)
- ➔ Apoio às ocupações, aliança operário camponesa
- ➔ Ensino público e gratuito a todos
- ➔ Não pagamento da dívida, ruptura com o imperialismo, apoio às nações oprimidas
- ➔ Pela ação direta (conquistar as reivindicações pelas próprias forças)
- ➔ Pela Independência de classe e pelo Partido Operário Revolucionário
- ➔ Pelo programa da Revolução Proletária e pelo Socialismo

## A tarefa do momento:

# Responder os ataques das montadoras por meio da luta unitária

### Para que servem os dados do Dieese?

Estudo do Dieese, divulgado em 25/08, feito por encomenda do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mostra que se a direção da Volkswagen concretizasse a chantagem de fechar a unidade de São Bernardo do Campo, as demissões atingiriam 106.600 trabalhadores. Considerou-se os empregos diretos (12 mil operários da fábrica) e os indiretos, isto é, aqueles correspondentes aos 27 setores que dependem das atividades na montadora de São Bernardo (94.600). Isso porque, segundo o estudo, há entre 5 e 8 trabalhadores indiretos para cada operário desta unidade.

O estudo considerou outras situações. Não havendo negociação, a VW demitiria 6.172 trabalhadores diretos e perderiam o emprego mais 49.376 trabalhadores indiretos, totalizando 55.548 demitidos. Isso tem a ver com outra chantagem da empresa que exige a "aceitação" de seu plano de reestruturação. Outra situação seria a de um acordo, pelo qual seriam demitidos 3.672 trabalhadores diretos, afetando 29.376 indiretos, num total de 33.048 demitidos.

Foram calculadas também as perdas financeiras para a região do ABC nas três situações. Para tanto, considerou-se o salário médio de R\$ 3.605,00 nas montadoras e de R\$ 1.430,00 nas outras empresas. Com o fechamento da fábrica de São Bernardo, só com salários dos trabalhadores (diretos e indiretos), perderiam-se R\$ 2,3 bilhões ao ano; sendo a perda total (salários, previdência, FGTS e demais benefícios) de R\$ 4,8 bilhões ao ano. Este "custo social", segundo o Dieese, pode ser multiplicado por dez para calcular-se o valor perdido com salários, chegando a cerca de R\$ 14 bilhões. Com a demissão dos 6.172 operários da unidade, a perda com salários seria de R\$ 1,2 bilhão ao ano e no total de R\$ 2,3 bilhões. Com o acordo, isto é, com demissão de 3.672 trabalhadores como quer a empresa, estes valores cairiam para R\$ 717,3 milhões e

R\$ 1,4 bilhão.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Feijóo: "*Para o trabalhador esses dados significam desespero, agonia, quase tortura*". Essa declaração indica o motivo real da encomenda do estudo: a direção burocrática do sindicato quer forçar os trabalhadores a aceitarem um acordo para que as perdas sejam "menores", tanto para uma parcela deles, como para a região do ABC, que "*é o terceiro maior mercado consumidor brasileiro, depois de São Paulo e Rio de Janeiro*" e onde apenas cinco fornecedoras da VW empregam 3.400 trabalhadores e devem demitir por volta de 620.

A intenção do estudo é evidente. Os burocratas prepararam o desmonte da greve e um acordo com a multinacional. A Volks fica no ABC às custas de milhares de empregos e de redução de direitos. A história do "mal menor", também já foi usada pela burocracia no acordo de 700 demissões no passado recente. Agora usa os cálculos do Dieese para ameaçar os operários e quebrar a disposição de resistência.

### Os ataques das montadoras no mundo

Em 18/08/06, a Ford anunciou o fechamento temporário de 10 fábricas nos Estados Unidos até o final do ano e sua pretensão de eliminar 30 mil postos de trabalho, para cortar em 30% as despesas com salários. Trata-se do tal "programa de reestruturação", que tem o objetivo de fechar 14 fábricas até o ano de 2012. Rapidamente, o pelego Feijóo disse que isso não afetará os operários brasileiros da montadora: "*A Ford tem bons lucros no Brasil – tanto que negociou com o sindicato o lançamento de um novo veículo em São Bernardo do Campo para 2008*". Como um dirigente corporativista, sequer saiu em defesa dos milhares de empregos dos operários norte-americanos.

A GM, nos Estados Unidos, pretende demitir 30 mil dos 113 mil trabalhadores até 2008. Na Inglaterra, quer reduzir 1

turno da fábrica. Em Portugal, estuda o fechamento da fábrica de Azambuja, que tem "altos custos de produção". No Brasil, já conseguiu demitir 900 trabalhadores da fábrica de São José dos Campos, para contratar praticamente o mesmo número em Gravataí (RS), onde a mão-de-obra é mais barata. E já anunciou que sua referência é o salário pago na China (150 dólares por veículo).

A Volkswagen planeja a mesma coisa. Na Alemanha, quer demitir 20 mil trabalhadores, pois considera as fábricas "obsoletas", os salários altos e a jornada de trabalho pequena. Na Espanha, quer fechar a fábrica de Navarro, com 3.500 trabalhadores e transferir a produção para o Leste Europeu, com mão-de-obra mais barata. Em Portugal, não está mais destinando produtos à fábrica que poderá ser fechada e deixar 3 mil trabalhadores na rua. No México, não quer mais investir em Puebla porque os 2 mil trabalhadores são "inflexíveis", quer transferir a produção para o norte do país, onde pagará salários menores. No Brasil, além das demissões anunciadas em São Bernardo, São José dos Pinhais e Taubaté, anunciou o fechamento de unidades.

Portanto, há uma só ação das montadoras: fechar fábricas, cortar salários, eliminar direitos e demitir. O objetivo é o mesmo: manter os lucros da classe capitalista.

### Acirra a concorrência entre as grandes montadoras

As montadoras, particularmente norte-americanas (GM, Ford e Chrysler), e a alemã VW, alegam que a concorrência com as montadoras asiáticas, especialmente a Toyota, dentro do mercado interno tem lhes "prejudicado". De fato, as montadoras asiáticas forçam sua penetração no mercado estadunidense.

Em abril, as montadoras japonesas Honda e Toyota aumentaram suas exportações em 16% em relação ao mês anterior, especialmente para a América do Norte e Latina e para o Oriente Médio.

**Uma só ação da classe operária**

**A divisão enfraquece a luta coletiva e favorece os objetivos das montadoras**

Os patrões só querem lucrar. Quando se trata de multinacionais, então, a pressão é maior, pois contam com mais colaboração dos governos. Os trabalhadores não devem cair na conversa de que é melhor ganhar menos do que ficar sem emprego ou que é melhor garantir o emprego de uma parcela, deixando os demais à míngua. Como vimos, os interesses das montadoras têm como objetivo dividir a classe operária. Para isso, forçam os governos e a burocracia sindical a aceitarem seus planos de demissão.

Nas décadas de 70 e 80, a fábrica de São Bernardo da Volkswagen contava com 44 mil trabalhadores. Diante da concorrência, para reduzir custos fixos e aumentar a produtividade, começou a tal da “reestruturação”, isto é, demissões em massa. Hoje conta com 12 mil operários nesta fábrica. Fica demonstrado que este é um recurso constantemente utilizado pela montadora.

Para resistir, os trabalhadores deverão levantar as reivindicações que atendem aos seus interesses, isto é, que garantem a manutenção de suas vidas e de suas famílias: a Escala Móvel das Horas de Trabalho, para combater o desemprego, e a o Salário Mínimo Vital, para garantir a sobrevivência. Essas reivindicações são constantemente rechaçadas pelos pelegos, burocratas, reformistas, centristas e toda a sorte de colaboracionistas.

A greve na Volks é o caminho da resistência. Porém, o problema não pára nessa multinacional. Todas possuem o mesmo plano. Por isso, a resposta tem de ser unitária. Já dissemos que o acordo de Taubaté enfraqueceu a luta dos demais operários. Mas é possível reverter. Para isso, é preciso de uma assembléia geral de todos os operários das montadoras e das autopeças. Somente uma ação coletiva e de massa poderá enfrentar as medidas devastadoras das multinacionais.

No Brasil, 80% da produção nacional de veículos está nas mãos da GM, da Ford, da VW e da Fiat; sendo a VW a maior exportadora. A indústria automobilística, que constitui 11% do PIB, tem tido aumento nas exportações, vendas internas e produção.

### **Exportações do setor automobilístico (dados Anfavea)**

Em 2005, o crescimento das exportações foi de 33,5% (ante 2004), gerando US\$ 11,187 bilhões. As vendas internas aumentaram 8,6% e a produção também cresceu, batendo o recorde de 2,2 milhões de veículos. De janeiro a julho de 2006, as vendas internas elevaram-se em 9,4%, ante o mesmo período em 2005; as exportações, 6,8% (receita de US\$ 6,6 bilhões) e a produção, 4,5%.

Na primeira quinzena de agosto, as vendas no mercado brasileiro, demonstram que a Fiat, Ford, VW e GM não têm o que reclamar da concorrência com as montadoras asiáticas. Na venda de automóveis, a Fiat conseguiu ficar com 26,65%; a VW com 24,81%, a GM com 20,61% e a Ford com 10,14%. Na venda de veículos comerciais leves, a Ford conseguiu 23,95%; a Fiat, 21,82%; a VW, 13,31% e a GM, 11,24%.

Quanto à Volkswagen, que alega perdas nas exportações, os fatos mostram o contrário, isto é, crescimento de 26,2%, só de janeiro a julho deste ano, em comparação com o mesmo período de 2005. Em janeiro, exportou 25.920 unidades; em fevereiro, 26.340; em março, 28.350; em abril, 31.320; em maio, 32.340; em junho, 29.920 e em julho, 32.730 unidades. Aliás, este crescimento foi maior que as vendas no mercado interno que elevou-se em 10%. Em janeiro, foram 28.863 unidades; em fevereiro, 25.366; em março, 31.626; em abril, 26.310; em maio, 29.110; em junho, 27.656 e em julho, 31.626.

As montadoras lucram rios de dinheiro, sangram os países semicoloniais (isenção de impostos, empréstimos a juros subsidiados etc.) e atacam a vida do

proletariado. O acirramento das disputas entre as montadoras é um dos reflexos do estreitamento do mercado consumidor mundial. Levará vantagens quem produzir com menor custo. Quem paga pela “reestruturação das multinacionais” é o proletariado.

### **Montadoras ampliam a superexploração**

As indústrias automobilísticas, diante da concorrência acirrada, procuram vantagens nos países semicoloniais. Um exemplo disso é a retomada dos investimentos que estão promovendo na Argentina. Tanto é assim que, muitos dos projetos do setor implicam a transferência de produção do Brasil para o país vizinho, onde dizem que o real valorizado deixa a produção em média 30% mais cara.

A Peugeot-Cintröen investirá US\$ 150 milhões para instalar nova linha de produção; transferirá sua fábrica do Rio de Janeiro (que exporta 5 mil unidades/ano para o México) para Buenos Aires; enfim, quer dividir seus investimentos entre Argentina (modelos médios) e Brasil (modelos pequenos). Em parceria com a Fiat, produzirá caixas de câmbio para seus modelos, onde a primeira empregaria US\$ 50 milhões e contrataria mais 1 mil trabalhadores (se somarão aos atuais 700 diretos e indiretos). A Toyota adicionou US\$ 7 milhões, neste ano, aos US\$ 200 milhões já investidos, na fábrica de Zárate para ampliar a produção. A VW pretende colocar US\$ 100 milhões em Buenos Aires para produzir um novo modelo, sendo que já investiu mais US\$ 100 milhões para inaugurar no país a linha do SpaceFox. Ou seja, tem planos de produzir ali modelos a serem exportados até para a Europa.

Em outras palavras: as multinacionais, frente à concorrência entre gigantes, jogam com o peso que têm na economia e chantageiam os países semicoloniais. Por outro lado, os governos submissos se curvam diante delas.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## A disputa interburguesa vai se definindo a partir dos interesses oligárquico-regionais

As pesquisas de opinião realizadas vão solidificando a vantagem de Lula sobre Alckmin na disputa presidencial. A cada nova sondagem, os números de Lula crescem e os de Alckmin caem. Esses dados são resultado de uma confluência de fatores: apoio a Lula dado pelo capital financeiro e pelo imperialismo; confiança adquirida pelo governo diante das principais frações burguesas e aumento do controle delas sobre o PT/Lula; dimensão do programa assistencialista do governo, que atinge 40 milhões de pessoas; controle sobre as principais organizações de massa do país (CUT, MST, UNE etc.); influência eleitoral do caudilho, que não foi significativamente alterada pelos escândalos de corrupção, que atingiram mais um setor da classe média. Outro fator é a crise da campanha da oposição burguesa (PSDB/PFL).

O candidato Alckmin tem sofrido com a divisão no seio da sua coligação e do próprio partido. Diante da escassa possibilidade de vitória nas urnas, boa parte de seus correligionários tem procurado desvincular a própria imagem da do candidato a presidente. Há casos de boicote aberto à sua candidatura em pelo menos cinco estados. No Ceará, em que Lula tem 70% das preferências nas pesquisas, os dois principais candidatos disputam para ver quem é mais lulista. O candidato do PSDB, Lúcio Alcântara, está rompido com o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e tem veiculado em sua propaganda na TV imagens de Lula, associando-o à sua figura, em que pese a disputa judicial a respeito. O candidato do PSB é Cid Gomes, apoiado oficialmente por Lula e pelo seu ministro Ciro Gomes. Também é apoiado, no Ceará, pelo presidente do PSDB, Tasso Jereissati. As duas principais lideranças do partido de Alckmin estão trabalhando por candidatos que buscam se mostrar associados a Lula. Pesam nessas atitudes os interesses regionais de controle sobre a máquina do estado. É provável que esse tipo de conduta apareça em disputas de cargos ao legislativo.

O Brasil não constituiu autênticos partidos nacionais da burguesia, nem mesmo uma autêntica democracia burguesa. A economia atrasada, herdeira das relações

coloniais, constituiu um capitalismo de desenvolvimento desigual e combinado. As relações coloniais deram lugar a uma economia em que raízes do colonialismo foram preservadas. A burguesia nacional que se formou a partir desse processo é constituída de oligarquias regionais, muitas delas parasitas do Estado burguês, submissas às relações de interdependência com o imperialismo. Na configuração do Estado nacional, suas instituições vão expressar a combinação do atraso e imposição desde fora do progresso capitalista, sendo as frações ligadas à indústria minoritárias em relação àquelas ligadas aos setores mais básicos da economia. No quadro geral de submissão da classe dominante nacional às frações internacionais, a disputa se acirra sobre o controle da política econômica. A opressão nacional e a permanência do atraso impossibilitam o florescimento de uma democracia burguesa em que as frações possam disputar livremente sua influência no interior do Estado burguês através dos mecanismos de disputa institucional (eleições, parlamento, justiça burguesa etc.). A história do país é recheada de golpes e tentativas de golpes, e de regimes ditatoriais. Os momentos de vigência da democracia a revelam totalmente deformada, incompleta, cheia de traços antidemocráticos. O que vigora de fato é a disputa de quadrilhas ao redor do orçamento do Estado e da disputa político-institucional. A exposição de uma pequena parte dessas disputas se deu pelo fato do PT, que não surgiu do seio da burguesia, ter sido alçado à cabeça do Estado burguês e assimilado seu funcionamento apodrecido.

Assim os partidos nacionais burgueses que existem são na verdade frentes oligárquicas heterogêneas, com umas se impondo às outras pela força do poder econômico e pelas relações com o capital estrangeiro. O PSDB de Alckmin é encabeçado pela burguesia paulista, ligada à produção industrial voltada principalmente ao comércio interno. Mas expressa, em certos estados do nordeste, determinadas frações oligárquicas que nada têm a ver com a indústria, e sim com as disputas entre as famílias que controlam a região desde os tempos coloniais, através da propriedade

do latifúndio e da produção ligada a ele (usinas de açúcar e álcool, por exemplo). Essas famílias utilizam em suas disputas as siglas dos partidos burgueses de acordo com suas possibilidades: PSDB, PMDB, PFL e até os partidos burgueses ditos de esquerda (PSB, PDT). Para essas frações, vale mais a vitória regional e as possibilidades de vantagens na associação ao governo federal que qualquer "fidelidade partidária".

Se no Ceará a disputa pró-governo é mais explícita, ela também ocorre em outros estados, até mesmo nos mais desenvolvidos. Minas Gerais é um exemplo. A campanha do PSDB boicota Alckmin. Se não faz campanha para Lula, também não quer se associar ao provável derrotado. No Paraná, Álvaro Dias se preocupa é com sua campanha ao Senado, e ignora a de Alckmin.

No caso do PFL, a crítica a Alckmin é por ser frouxo nas críticas ao governo. As frações oligárquicas que se expressam por Antônio Carlos Magalhães (ACM) reivindicam ataques duros ao governo do PT/Lula. É bom lembrar que ACM constituía base de sustentação do governo do PT/Lula no início do mandato e que mudou de lado em função justamente da disputa regional eleitoral de 2004, para as prefeituras, em que Lula traiu o acordo para apoiar um desafeto de ACM à prefeitura de Salvador. Novamente, se revelam as necessidades de controle regional do aparato do Estado.

As tendências para o segundo mandato de Lula mostram-se muito menos favoráveis que em seu primeiro mandato: a economia mundial sofre as conseqüências da estagnação da economia norte-americana, o comércio mundial regrediu, a rentabilidade do capital ligado à produção caiu em relação ao investimento especulativo, o que exige ajustes de ofensiva às condições de trabalho e emprego em geral. O próximo governo terá de se constituir instrumento da ofensiva capitalista contra as massas num quadro de aumento da disputa interburguesa diante da crise econômica. Uma vitória expressiva de Lula, ainda que num segundo turno, terá diante de si essas contradições, que devem mexer com as relações interburguesas numa situação de aumento dos choques de classe.

## Congresso da Apeoesp

A Corrente Proletária elaborou um documento que será debatido nos Encontros Regionais de 22 de setembro e no Congresso Estadual, que ocorrerá no início de dezembro. Trata-se de um texto de crítica à burocratização e estatização do sindicato/CUT e de defesa da independência diante do Estado, dos governos e dos partidos burgueses. Tem como ponto de partida a defesa da vida das massas exploradas, da escola única, gratuita, laica, vinculada à produção social e do método da luta de classe. Levanta a estratégia da revolução e ditadura proletárias para derrotar o sistema capitalista e implantar uma sociedade sem explorados e exploradores. Apresentamos abaixo as principais resoluções que deverão ser debatidas e aprovadas pelos professores.

1. Os Estados Unidos são o epicentro da crise mundial. O esgotamento de sua capacidade de sustentar os interesses gerais da burguesia mundial aprofundará a crise estrutural do capitalismo e agudizará o intervencionismo imperialista sobre os países semicoloniais. A ofensiva militar dos Estados Unidos e seus aliados sobre o Oriente Médio reflete as tendências da crise econômica, que se manifestam por meio da superprodução, estreitamento de mercados, necessidade de controle das fontes de matérias primas e pela massa de capital parasitário. As soluções da burguesia internacional para a crise são de mais submissão e miséria para os povos e nações oprimidas. O Congresso deve se colocar contra o intervencionismo bélico das potências. Apoiar à resistência dos povos contra a invasão imperialista. Expulsão dos Estados Unidos do Iraque, Afeganistão e de outras partes invadidas. Defesa da autodeterminação dos povos.

2. A imposição dos planos neoliberais faz parte do intervencionismo econômico imperialista sobre as nações semicoloniais. Conforme desagra o capitalismo, mais violentas têm sido as medidas, que recaem inteiramente sobre as massas trabalhadoras. O Congresso deve se posicionar pelo combate aos planos antinacionais e antipopulares; pelo não pagamento das dívidas interna e externa; pelo rompimento de todos os acordos com o FMI/BIRD; pela organização da frente única antiimperialista.

3. Os Estados Unidos querem fazer da América Latina um quintal para seus negócios. Não admitem governos nacionalistas que não se submetem aos planos da Casa Branca. Exigem que os governos adotem as reformas pró-imperialistas e cumpram com as diretrizes do grande capital financeiro. Saqueiam as riquezas nacionais e criam as bases militares por

todo o continente. Destituem governos, como no Haiti, e intervêm militarmente na ilha com a colaboração dos governos subservientes. O Congresso deve aprovar a expulsão das tropas comandadas pelo Brasil no Haiti. Fim da ingerência norte-americana no continente, seja por meio da Alca, seja pelas bases militares. Defesa de uma América Latina Socialista (Estados Unidos Socialistas da América Latina).

4. O governo do PT/Lula é de continuidade da política pró-imperialista do PSDB/FHC. Deu seqüência às reformas da previdência, universitária e iniciou a sindical/trabalhista. Não realizou a reforma agrária e não conteve a ação criminosa dos latifundiários e madeireiros contra os camponeses sem terra e suas lideranças. Não criou os milhões de empregos formais e manteve a legislação que favorece as multinacionais, que exploram a mão de obra e remetem rios de dinheiro para fora do país. Favoreceu os banqueiros e o agronegócio, que tiveram lucros exorbitantes. Condenou milhões de trabalhadores e aposentados à miséria instituindo um salário mínimo de fome. Ampliou o assistencialismo para acobertar a miséria e a revolta dos oprimidos. Envolveu-se na teia da corrupção, como faz todo partido e governo burgueses. O Congresso deve aprovar a independência da Apeoesp diante do Estado e do governo. Nenhum apoio ao governo eleito.

5. As conseqüências das reformas neoliberais, das medidas de flexibilização e precarização das relações de trabalho têm trazido desemprego, terceirização, redução salarial, eliminação de direitos e dificultado as aposentadorias. Os camponeses vivem na penúria e milhares de sem-terra permanecem debaixo de lonas à beira das estradas. A maioria da juventude não tem trabalho e não consegue

freqüentar as escolas. O trabalho infantil permanece e as condições são cada vez mais degradantes. O Congresso deve aprovar: a) o Salário Mínimo Vital de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora; b) a Escala Móvel de Horas de Trabalho para que haja emprego a todos; c) a Escala Móvel de Reajuste; d) fim das reformas governamentais; e) terra aos camponeses pobres por meio da expropriação do latifúndio; f) trabalho e escola a todos os jovens e um salário de acordo com suas necessidades; g) erradicação da exploração infantil e saúde e moradia à população oprimida; h) fim de toda a legislação repressiva do Estado contra o movimento dos trabalhadores ("lei de greve", leis que favorecem a criminalização dos movimentos sociais e suas lideranças etc).

6. A reforma educacional dos governos tem como objetivo a redução da responsabilidade do Estado para com o ensino e crescimento da privatização. A reforma universitária favorece os empresários da educação e a política de cotas não atende aos interesses da maioria negra pobre. O Fundeb não assegura as condições elementares de acesso, recursos e permanência das crianças e juventude na educação básica. O Fundeb é continuidade das diretrizes educacionais traçadas pelo Banco Mundial. A ampliação do ensino à distância faz parte da estratégia de redução de verbas às escolas públicas e crescimento da educação como um negócio a ser explorado pelos capitalistas. O governo do PT assumiu o programa do imperialismo para a educação. O Congresso deve aprovar: fim de toda a reforma educacional e das leis que a regem. Defesa de um único sistema de ensino, laico, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha.

7. O ensino na escola de classe é em

grande medida mecânico, anticientífico e memorístico. Trata-se de uma escola historicamente esgotada, reflexo do esgotamento do capitalismo. O programa do proletariado para a escola retoma o vínculo da educação com a produção social e objetiva superar a separação entre a teoria e a tática. Essa tarefa implica pôr fim à contradição entre a produção social e a propriedade privada dos meios de produção. Essa luta está ligada às reivindicações democráticas em relação à escola de classe. É por meio delas que os educadores e a juventude compreenderão que os capitalistas não atenderão plenamente às reivindicações, como a da estatização de todo o sistema educacional sob o controle de quem trabalha e estuda, e avançarão para pôr em pé uma nova sociedade e uma nova escola.

8.A estatização dos sindicatos/CUT faz parte da política de suas direções. A burocratização da CUT/Apeoesp se deu concomitantemente ao fortalecimento eleitoral do PT e sua integração ao Estado. O PT precisou provar aos capitalistas que poderia governar sem se chocar com os interesses gerais da classe dominante. Para isso, durante anos foi estruturando uma aristocracia sindical capaz de manejar as negociações de conciliação de classe e controlar os organismos dos trabalhadores. As corren-

tes de esquerda que fizeram parte das direções da CUT/sindicatos não constituíram a fração classista que servisse para derrotar a burocracia. O resultado é que os sindicatos estão sob o domínio da burocracia governista. É quando o governo Lula autoriza a reforma sindical e trabalhista que o PSTU abandona a direção da CUT e se coloca pela criação de uma nova central. A política de desfiliação da CUT e integração à Conlutas não corresponde ao movimento de massa pela derrubada da burocracia traidora e pró-governo. Nesse sentido, o congresso deve se posicionar: a) pela total independência da Apeoesp/CUT em relação ao Estado e governos; b) rejeitar a farsa da burocracia da Apeoesp em torno da autonomia e independência sindicais; c) combater a burocracia traidora sem romper com a CUT; d) defender a democracia sindical e rejeitar o palavreado demagogo da diretoria da Apeoesp que fala em democracia e age com mãos de ferro; e) o combate ao sindicalismo "cidadão, de movimento e de conciliação" e a defesa do sindicalismo de luta de classes.

9.A discriminação racial e de outra natureza tem como essência a opressão de classe. A Corrente Proletária considera que a erradicação de todas as formas de discriminação só pode se dar com a eliminação da sociedade de classes. Isso

não quer dizer que não considera as reivindicações dos negros, mulheres, homossexuais etc. Ao contrário, incorporá-las ao programa da classe operária, que tem como estratégia a derrota do capitalismo e a implantação do socialismo. Nesse sentido, não se coloca pela defesa das "políticas afirmativas" (cotas) porque para arrancar as reivindicações da burguesia e dos governos é necessário unir brancos, negros, homens e mulheres explorados. A unidade dos oprimidos em torno de um programa de reivindicações e do método que é próprio dos trabalhadores é que poderemos pôr em pé uma sociedade sem discriminação e sem classes. O Congresso deve aprovar: a unidade dos oprimidos para arrancar da burguesia e seus governos as reivindicações contrárias à discriminação.

10.A barbárie social, que se manifesta em todas as partes, tem como fundamento o sistema de exploração do trabalho. O eleitoralismo ilude os trabalhadores com promessas de soluções de problemas que são inerentes ao capitalismo, seu Estado e à sociedade de classe. A Corrente Proletária se coloca pelo fim do sistema capitalista, transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva e por um governo operário e camponês, resultado da luta de classes.

## Artigo extraído do Jornal Massas da Bolívia

### A Religião e a Moral

Os padres se auto-proclamam depositários da moral. Em seu afã de conservar em suas mãos o controle do grande negócio da educação privada e do convênio com a qual se fazem ricos e seu monopólio na deformação do espírito humano com o dogma religioso, defendem que a escola laica sem ensino religioso produzirá cidadãos sem formação moral, sem valores.

De que moral falam os padres? A prática moral de todas as igrejas, tanto da católica como da infinidade de seitas cristãs, é a hipocrisia. Pregam o amor entre os homens mas vivem grudados nos opressores perdoando-lhes todos os pecados, abençoando todas suas maldades, enquanto colocam na cabeça dos pobres, aqueles que dizem amar mais

que os ricos, a resignação diante dos tormentos da exploração de são vítimas "nesta vida".

Atacam o espírito humano fazendo-o sentir culpado por tudo, de modo que se sinta merecedor do castigo, sofrimento e de todos os males que caem sobre ele neste "vale de lágrimas", e os suporte sem protestar. Desde a mais tenra infância se faz sentir culpado até de ter nascido (nascemos com o pecado original), a mulher por encarnar a tentação para o pecado, o adolescente por despertar o instinto sexual, base da continuidade e desenvolvimento da vida. Por isso, a religião é o ópio do povo, porque adormece e destrói o espírito humano.

Pregam os padres hipócritas o desprezo aos bens materiais, enaltecem a

pobreza como uma virtude, falam de serviço ao próximo mas são os mais hábeis negociantes, implacáveis materialistas (no sentido de desejo aos bens materiais) quando se trata de dinheiro. Todas as igrejas são verdadeiras corporações multinacionais especializadas em converter em ouro a angústia e o sofrimento dos homens.

Deus é um instrumento de opressão dos exploradores, os padres seus executores. Por detrás da cara teatralmente bondosa com a que se apresentam diante dos deserdados deste mundo se esconde a vontade do opressor ensinando ao oprimido a relegar seu direito à felicidade para outra vida.

(Massas Boliviano, nº 2003, 28 de julho de 2006)

## Reforma Educacional é destruição do ensino público

O ensino público sofreu um duro golpe com a imposição da reforma educacional traçada pelo Banco Mundial. Há mais de uma década que os governos não ampliam os recursos à educação gratuita, em alguns Estados, há redução. O Brasil investe a ínfima quantia de 4,3% do PIB. São Paulo, o Estado que mais arrecada impostos, aplica 3,4%. Em contrapartida, o montante de dinheiro que é destinado ao superávit primário (pagamento da dívida externa) ultrapassa os 4,5% do PIB, sendo que parte (20%) é retirado da educação (DRU).

Uma das medidas dessa reforma foi a criação de um fundo para a manutenção do ensino fundamental. O Fundef foi o reforço necessário para transferir a grande maioria dos alunos para os municípios. A LDB criou o suporte legal para reduzir a responsabilidade do Estado somente ao nível fundamental, que abarca cerca de 35 milhões. Em São Paulo, os resultados foram violentos para os trabalhadores da educação, que viram seus salários sendo arrojados, se depararam com a superlotação das salas de aula, perderam direitos contidos nos Planos de Carreira; uma parcela foi transformada em bóias-frias (eventual) e outra foi demitida com o fechamento de escolas e/ou turnos. Na maioria dos Estados, as conseqüências foram as mesmas.

A verba do Fundef não era atualizada, os prefeitos falsificavam as planilhas de matrículas para receber mais recursos e somas foram desviadas pela corrupção. De um lado, os empresários declaram menos para pagar menos impostos (roubam) e, de outro, o dinheiro – que é pouco – vai parar nos bolsos dos politíqueiros corruptos.

Para o Banco Mundial e para os governantes, o objetivo central da reforma foi alcançado: municipalizar o ensino fundamental. No caso de São Paulo, em 1996 (ano da criação da LDB e do Fundef), o ensino fundamental na rede estadual possuía 5.078.539 alunos e na municipal 726.704; em 2005, a estadual tinha 2.954.426 e a municipal, 2.127.994 matrículas. Provavelmente, no término de 2006, a municipalização alcançou ou ultrapassou o número de alunos da rede estadual.

A essência da reforma não foi alterada no governo Lula. Foi mantida a LDB e o mecanismo de financiamento. A substituição do Fundef pelo Fundeb só reforça a diretriz exigida pelo Banco Mundial. O Fundeb não significa dinheiro novo à educação. A complementação de recursos aos estados/municípios é uma promessa a

conta-gotas (2 bilhões no primeiro ano, 3 bilhões no segundo, 4,5 bilhões no terceiro e 10% do fundo a partir do quarto ano). Essa promessa, extremamente limitada, não foi ainda aprovada pelos deputados. Há outro elemento, o Fundeb abarcará a educação básica, mas não altera a LDB quanto à responsabilidade do Estado somente para com o ensino fundamental.

Em relação ao Plano de Carreira e salários, a reforma extinguiu direitos que foram obtidos pela ação dos movimentos grevistas, que se generalizaram por todo o país. Manteve o piso salarial (salário-base) no mais baixo patamar. Em São Paulo, o piso ficava em torno de 5 salários mínimos (o que equivaleria a R\$ 1.750,00) e, nesses dez anos de reforma, o piso retrocedeu para pouco mais de 2 salários mínimos. O Plano de Carreira (lei 836) acabou com a evolução funcional. Se antes havia uma diferença entre os iniciantes e os que estavam no final de carreira de cerca de 60%, hoje a evolução se resume a alguns trocados a mais para aqueles que conseguirem o doutorado e para os que reunirem muitos certificados de cursos ao longo de 18 anos. Está aí por que dizemos que a carreira do magistério, que já era difícil, se tornou insuportável. Ao invés de reajuste salarial, os governadores criaram os bônus e gratificações. Uma brutal economia para os cofres públicos e um instrumento de manutenção do arrocho salarial e das diferenciações entre os que estão em exercício e os que se aposentaram.

Seja qual for o governante para o mandato de 2007, a orientação da reforma educacional não será alterada. Certamente, o que se alterarão são o direitos, que serão mais flexibilizados pela reforma sindical/trabalhista e pelas modificações do Plano de Carreira, anunciadas pelos governadores. Agregam-se a isso as promessas dos possíveis presidentes de nova reforma da previdência, que altera o já terrível mecanismo criado em 1998 e 2003 (PSDB-PT). Em São Paulo, Serra (possível governador) prometeu estender as medidas criadas no município para a rede estadual. Essas medidas, que significam parcerias com empresas, ONGs e faculdades particulares, são as que causaram a greve dos educadores municipais, nesse ano.

Como se vê, a situação da educação cada vez mais se agrava. Os governos cortam recursos, fecham escolas/salas, demitem, quebram direitos e arrojam salários. Essa lógica é a da destruição da educação pública e do favorecimento ao ensino privado.

### Onde está o direito de greve?

#### Governo aniquila os sindicatos que não cumprem a lei anti-greve

Os metroviários realizaram uma paralisação em meados de agosto. O motivo foi a intenção do governo de privatizar a linha amarela. O objetivo dos trabalhadores era denunciar a entrega dessa linha à iniciativa privada, que serviria de modelo para a ampliação da medida para as demais linhas. Além de desestatizar o transporte coletivo, a privatização implicará elevação do valor das passagens, cortes de direitos, mais arrocho salarial e demissão em massa.

Assim que iniciou a mobilização, prontamente a Justiça do Trabalho apresentou uma cobrança de R\$100 mil e punição criminal aos dirigentes do sindicato por desobediência à ordem judicial. Dois dias após a paralisação, o Ministério Público Estadual abriu uma ação contra o sindicato no valor de R\$70 milhões, alegando prejuízos à população.

A cobrança de multa aos sindicatos, considerados de serviços essenciais pelos governantes, não é um fato novo. A greve dos petroleiros contra o Plano Real e a privatização foi durante

punida. Recentemente, o sindicato dos Despachantes de São Paulo realizou um mobilização que foi punida com uma multa de R\$300 mil e, caso não cumpra, foi ordenado o confisco do prédio do sindicato. Está por que dizemos que não há direito de greve no Brasil. A legislação protege os capitalistas.

Mas é bom lembrar que na reforma sindical/trabalhista, a burocracia sindical não se opôs à legislação que atrela os sindicatos ao Estado e impede o livre direito de manifestação. Somente na ocasião que é atingida é que a direção sindical se manifesta contra a intervenção da Justiça do Trabalho, mesmo assim se apoiando num artigo da Constituição que vagamente fala do direito de greve, que sequer foi regulamentado.

Os trabalhadores devem rechaçar toda intervenção estatal sobre os sindicatos e sobre os movimentos grevistas. A estatização dos sindicatos é um instrumento para aniquilar a resistência da classe explorada contra os patrões e governos.

## Volkswagen inicia demissões

As negociações entre a multinacional e o sindicato metalúrgico do ABC chegaram ao impasse. Resultado: 1800 operários receberam a carta de demissão. A assembléia da fábrica decretou a greve no dia 29/8.

Em novembro, cessa “o acordo de estabilidade” e mil e oitocentos postos de trabalho serão destruídos para sempre. A meta da Volks é mais ambiciosa. Pretende acabar com 3600 empregos até 2008 na planta de São Bernardo e no conjunto de suas montadoras no País, mais de 8 mil postos.

Ao apresentar esse plano, confeccionado pela matriz alemã, provocou comoção entre os metalúrgicos. Os dirigentes sindicais declaram-se indignados. Mas logo se fez o primeiro acordo em Taubaté. Resultado: demissão de 700, redução salarial e perda de direitos.

A dita unidade sindical contra o plano de reestruturação se mostrou falsa. Não houve nenhuma medida preparatória do chão-de-fábrica para enfrentar com greve e mobilizações o ataque da multinacional, anunciado desde maio. Os burocratas de São Bernardo lamentaram o “acordo” de Taubaté, mas nada tinham feito para mostrar aos operários das demais montadoras o caminho da luta.

O golpe antecipadamente acertado em Taubaté teve por objetivo fortalecer as negociações da burocracia de São Bernardo, que por azar tem debaixo de seus pés a vanguarda dos operários metalúrgicos mais politizada e combativa. Não havia espaço para mais um acordo de demissão em massa, redução salarial, incremento da terceirização e aumento da produtividade.

As experiências anteriores demonstraram que a redução salarial e o banco de horas não evitaram os cortes. Mesmo sob o “acordo de estabilidade” da época de Marinho, seguido de Feijóo, a Volks arquitetou formas de demissões (Autovisão, Demissão Voluntária), que atingiram cerca de 2000 operários, de forma que o plano de 3000 cortes foi cumprido, com a vantagem para a multinacional que obteve o consentimento do sindicato de redução de 15% nos salários dos trabalhadores e flexibilização da jornada de trabalho.

Como é que a burocracia de Feijóo iria negociar um novo acordo, que previa milhares de cortes?

Não pôde evitar que os operários rejeitassem mais uma ofensiva da montadora contra o trabalho. Os fatos mostraram que os recuos anteriores custaram caro aos operários e não brecaram a reestruturação produtiva (maior automação, menor número de operários, salários mais baixos). A burocracia desta vez não pôde manobrar de comum acordo com a direção da Volks, e impor aos trabalhadores o plano por meio de uma assembléia aterrorizada e manietada, como fez no passado.

Os operários se mostraram dispostos a resistir aos ataques. A greve foi decretada. Mas aqui começa um outro problema. A burocracia no comando da greve levará à derrota.

É necessário que se forme um comando de base capaz de se contrapor às manobras patronais da burocracia e que se constitua como direção do movimento.

Dizemos que a burocracia não preparou a greve. Aqui está o outro lado do problema. Os grevistas da Volks têm de estender a luta contra as demissões, o desemprego, a terceirização, a eliminação de direitos trabalhistas e os baixos salários para as demais fábricas da região.

A burocracia tem por orientação dividir e isolar as fábricas. Por isso, não convocou a assembléia geral dos metalúrgicos, não organizou um movimento geral de defesa dos empregos.

A Volks espera que a burocracia mantenha uma greve passiva e sem conseqüências para sua propriedade. Assim, ela derrotará a greve, imporá uma derrota necessária para as próximas demissões. Ao contrário disso, está colocada a formação de uma direção do movimento que estenda a luta na região e ganhe força nacional contra as demissões, o desemprego, os planos de flexibilização e os baixos salários.

A vitória da greve metalúrgica da Volks é decisiva para a vida de todos trabalhadores do País. E é importante também para os operários das montadoras do mundo todo que enfrentam os mesmos planos de reestruturação e destruição de postos de trabalho.

### Ameaça de fechamento

A direção da Volks voltou a usar a ameaça para obter o consentimento dos

operários às demissões. Desta vez, prometeu fechar a montadora de São Bernardo. Essa arma foi colocada nas mãos da burocracia. Esperava-se que os trabalhadores se aterrorizassem e facilitassem as negociações com a burocracia. Mas a Volks não tinha outra moeda senão a demissão de 3600.

Qual a moeda que a burocracia apresentaria aos trabalhadores?

No acordo passado, ofereceu a estabilidade que não foi cumprida pela Volks. Os que permaneceram no trabalho viram que tinham os dias contados.

Está claro que a matriz da Alemanha tem uma meta muito mais ousada de automação e drástica redução do plantel. A planta do ABC tem de se ajustar às que se espalharam por vários pontos do território nacional.

Sob o governo de Fernando H. Cardoso (PSDB), facilitou-se a instalação e a transferência de montadoras para outros estados, que ofereceram ricos incentivos e mão de obra a menos da metade do preço de São Paulo. A tal da concorrência entre as multinacionais recaiu e recaiu sobre os trabalhadores brasileiros: rebai-xou o padrão salarial dos metalúrgicos, destruiu postos de trabalho nas montadoras instaladas tradicionalmente no ABC, criou um excedente enorme de mão de obra e pressionou para a liquidação de direitos trabalhistas.

A Volks considera-se defasada em relação às demais concorrentes, embora continue liderando o mercado e auferindo altos lucros. Essa defasagem diz respeito também à disputa mundial por um mercado que não se expande de acordo com a gigantesca capacidade da indústria automobilística e que se satura. Não é por acaso que as montadoras se transferem de um lugar para outro, onde a mão de obra é baratíssima e a leis trabalhistas são precárias.

Na Alemanha, os metalúrgicos arcam também com a destruição de postos de trabalho, com a diferença que a Volks lhes oferece um pouco mais de migalhas indenizatórias. A burocracia sindical do ABC lamenta que o mesmo não seja oferecido aos brasileiros, assim uma parte de seus problemas com os metalúrgicos estaria resolvida. Não importa se alguns mil reais fossem dados em troca do desemprego ou subemprego para o resto da vida.

A crise de gigantescas corporações automobilísticas, a exemplo da Ford, indica o estreitamento do mercado mundial e a acirrada concorrência. Expressa, inclusive, a tendência de mais ampla concentração em maiores e mais abrangentes corporações monopolistas. A automação crescente e a redução crescente da mão de obra expõem a contradição de base do capitalismo: as gigantescas forças produtivas não cabem na forma da propriedade monopolista, entram em choque com ela e com as fronteiras nacionais.

Esse fenômeno não se circunscreve à dinâmica da indústria automobilística, espalha-se por toda economia, atinge todos os ramos da produção, evidentemente em grau e ritmo diferenciados. De conjunto, a economia capitalista se desintegra em função da incompatibilidade entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de propriedade e exploração do trabalho.

No mundo todo, os monopólios estão em guerra contra as massas trabalhadoras. Os governos se encarregam de modificar as leis trabalhistas conquistadas a duras penas pelas gerações anteriores por meio de greves e levantes, sempre brutalmente reprimidos.

As multinacionais e o capital financeiro altamente concentrado usam de seu poder de transferência de um lugar a outro para impor à classe operária de cada País as leis da acumulação nas condições de desintegração do capitalismo. Nos Países em que se instalam, os ataques aos trabalhadores são frontais e brutais. Mas nas matrizes das multinacionais os trabalhadores não estão livres dos ataques e do seu recrudescimento.

O que a Volks está fazendo no Brasil é parte de uma cadeia de ação dos capitalistas contra a vida das massas. Isso significa que é preciso uma luta feroz e consistente contra a ameaça de fechamento da fábrica e contra as demissões.

### **Governo do PT frente a Volks**

O anúncio de fechamento da montadora despertou indignação do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho. O mesmo que fez acordos de demissão no passado, agora na condição de ministro, acha que a Volks não pode chegar a esse extremo. Referiu-se ao empréstimo de R\$ 497,1 milhões, em andamento, do

BNDES à multinacional. Pronunciou-se pelo não empréstimo caso a empresa mantenha a ameaça de fechamento.

Diz o Ministro, amenizando a indignação: "Espero que seja simplesmente chantagem de pressão de negociação com os trabalhadores". (Folha).

Nem bem o Ministro do Trabalho se mostrou chateado, a Volks demitiu 1.800. Sobre isso, o Ministro considera que é um problema a ser resolvido entre patrão e empregado. Não se voltou mais a falar do empréstimo subsidiado pelo BNDES. Se a condição da multinacional para continuar operando no ABC depende das demissões, então a questão depende apenas de derrotar a greve. E certamente o governo vai compactuar. Acima do trabalho está o capital – principalmente o capital multinacional (imperialista) -, regra que o Estado burguês garante e que nenhum governo pode contrariar.

Os juros subsidiados pelo BNDES ao grande capital, que demite quando quer os trabalhadores, mostra bem como funciona o Estado. Esse mesmo capital industrial está consorciado ao capital financeiro que sangra as finanças do País por meio de empréstimos ao Estado, de títulos da dívida pública etc. Reclama, no entanto, dos altos impostos, do câmbio (real valorizado frente ao dólar) e das próprias taxas de juro (por isso recorre ao BNDES).

Os dados mostram que a Volks é altamente lucrativa no Brasil e que o mercado automobilístico está no seu bom momento, vendendo muito e ganhando muito, enquanto os trabalhadores continuam a aumentar a produtividade, a ter os salários rebaixados e a arcarem constantemente com demissões. As empresas têm suas contabilidades fechadas para que os segredos comerciais não sejam revelados às massas sofridas. Acumulam montanhas às custas da pobreza e miséria da maioria.

Por detrás das demissões em massa, há um movimento geral do capital no sentido de destruir conquistas trabalhistas mais gerais. Pretende-se uma reforma nas leis do trabalho, que diminua gastos com as contratações e com as demissões, bem como eliminar direitos.

Contente com a Fiat que contratou em vez de demitir e com o mercado geral automobilístico, Lula considerou normais as demissões da Volks: "No mundo

do trabalho é assim, quando a empresa está produzindo mais, contrata mais, quando está produzindo menos, descontrata as pessoas". Ou então: "Vamos ter setores que vão ser desativados e setores que vão ser ativados. A vida inteira é assim e vai continuar assim. Tem setor que cresce e setor que não cresce. Tem setor que dá certo, setor que não dá certo. O que nós precisamos é ter muitas opções para que os trabalhadores tenham também muitas opções de ter emprego". (A Fiat chegou a ter 20 mil operários, fez demissões em massa, nos últimos anos, e hoje tem apenas 9 mil.)

A banalidade desse raciocínio de Lula está de acordo com a mentalidade capitalista do operário que se vendeu ao capital, que se aburguesou, e que por hora é Presidente da República, graças às ilusões das massas em suas promessas e em suas caridades governamentais aos miseráveis. Ganhou dinheiro com a política, não tem de se preocupar com o desemprego, e sua família está garantida frente a essa lei econômica fatal do que deu certo e do que não deu certo.

Lula diz que a solução está em criar opções de emprego – tarefa do governo. Totalmente falso. Prometeu em sua campanha que 10 milhões de novos empregos seriam abertos, chegou a apenas 4,5 milhões, sendo a maior parte para a mão de obra desqualificada e de baixos salários. O desemprego continua a ser um tormento para milhões. Atinge brutalmente os jovens. As demissões da Volks estão de acordo com a tendência do capitalismo de ampliar crescentemente o exército de desempregados e de miseráveis.

O governo Lula se mostra servil às multinacionais. Deixou seu Ministro do Trabalho resmungar. Nada será feito em defesa dos empregos. A Volks tem o direito de fazer o que bem entender contra os metalúrgicos. É assim que funciona o capitalismo. A burocracia sindical de São Bernardo serve de correia de transmissão da política governamental. Feijó segue o amo Lula, que por sua vez segue os amos capitalistas. Aqui está o maior obstáculo para a greve vencer o plano de demissões da multinacional.

### **A resposta operária imediata**

Nenhuma demissão! Não vamos pagar pela concorrência das multinacionais!

Vocês querem fechar a fábrica, lutamos pela estatização sem indenização e pelo controle operário da produção! As multinacionais têm alta lucratividade, que abram as suas contabilidades e revelem os seus segredos comerciais à população. Contra o desemprego de milhões de brasileiros: aplicar a escala móvel das horas de trabalho!

### **Greve para vencer**

Lutamos para defender os postos de trabalho e avançar o combate ao desemprego de grande parte da população. Trabalhamos por constituir um comando de base que dirija a greve. Exigimos a convocação da assembléia geral de todo ABC. Que o sindicato disponha seus recursos para realizar assembléias populares nos bairros operários. Ganhar as ruas contra o desemprego mobilizando a população pobre. Reunir os movimentos ativos urbanos e rurais para exigir emprego a todos. Ocupar a fábrica e impor o controle operário da produção.

### **A estratégia proletária**

As demissões da Volks não é um fato

## **Ofensiva na Volks é parte do ataque mundial da burguesia**

A tentativa de imposição de seu plano de reestruturação produtiva por parte da Volkswagen do Brasil, que inclui robotização, demissões, terceirizações, redução salarial, trabalho gratuito etc., não é um fenômeno isolado. Não é coincidência que um plano semelhante seja apresentado na General Motors (GM). E que venha a ser apresentado em outras montadoras e mesmo outros segmentos produtivos.

Trata-se de uma necessidade do capital monopolista de adaptação à situação de crise mundial do capitalismo, e é determinada a partir das diretrizes traçadas nas matrizes das multinacionais. Os monopólios, para preservarem suas taxas de lucros, são obrigados a negociar o ritmo e alcance da robotização na produção. Ao mesmo tempo, têm de se basear na taxa comparativa de lucratividade do capital aplicado no investimento especulativo. Os últimos dados têm mostrado que a taxa de retorno de investimento do capital vinculado à produção tem caído em comparação com o investimento especulativo. Daí a necessidade de ajuste, que não pode ser

isolado. Expressam a tendência geral do capitalismo. Não há como esse regime social reverter a tendência de destruição maciça de postos de trabalho e de aumentar o exército de desempregados permanentes.

A estratégia proletária é a de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. A classe capitalista será expropriada, mais cedo ou mais tarde, pela revolução proletária.

Houve um incalculável retrocesso nas conquistas revolucionárias da classe operária mundial com a restauração capitalista em curso na ex-União Soviética, Leste Europeu e China. Historicamente, é o que está permitindo a brutal ofensiva mundial do capitalismo contra as massas proletárias, camponesas e povos oprimidos. E também explica a constituição de uma poderosa burocracia sindical, que conspira diariamente em favor dos capitalistas e trai abertamente os explorados.

Mas nada disso pode evitar o aumento das contradições econômicas e sociais, que se precipitam em crises parciais e gerais, que levam ao confronto das classes.

Os capitalistas, seus partidos e seu Estado não têm como fazer reformas em favor dos oprimidos, dando-lhes emprego e salário, educação e saúde. Ao contrá-

feito à revelia das condições de estrangulamento do mercado mundial.

As montadoras têm lançado planos de reestruturação em todo o mundo. Sua essência é a ampliação da exploração do trabalho aos níveis mais elevados na história do capitalismo. Os ataques aos trabalhadores da Volks expressam a crueldade necessária ao capital multinacional para preservar sua competitividade. É por isso que não há margem de manobra para a direção burocrática do sindicato ou para a montadora negociarem. A contradição dos interesses materiais de cada lado é brutal, trata-se da sobrevivência de cada um dos lados em choque. A derrota da direção sindical numa assembléia da fábrica em seu reduto mais forte é um sinal dessa contradição. E é apenas o início da ofensiva necessária que o capital tem de lançar sobre os assalariados para enfrentar a crise que se coloca.

Não são só os operários da Volks que estão na mira de seus patrões. A linha de ataques que está embutida no plano de reestruturação será um parâmetro para

rio, arquitetam reformas reacionárias, contrárias à vida das massas. Avançam o poder dos monopólios sobre a pequena propriedade e sacrificam uma grande camada da classe média – também envolvida pelo desemprego e pelo subemprego.

O retrocesso político e organizativo do proletariado será superado pelo trabalho paciente da vanguarda por construir o partido da revolução socialista em meio ao combate como o que está ocorrendo na Volks. Os metalúrgicos estiveram presos ao caudilhismo de Lula. Há muito o ex-operário virou as costas para a sua classe e entrou no reino da burguesia. Dispõe-se a sacrificar os empregos para defender o direito capitalista da Volks demitir. O PT responde por essa conduta. E a burocracia sindical que fez os acordos anteriores de demissão e sempre aceitou o desemprego como uma fatalidade é responsável pela desorganização do movimento operário, como força nacional capaz de enfrentar os ataques da burguesia e avançar a luta revolucionária.

Combatemos essa posição com o programa da revolução proletária aplicado às condições concretas e ao desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores.

as outras fábricas seguirem. E para os outros setores da produção industrial. Essa história já vimos antes, quando começou a ser implantado o banco de horas.

É por isso que a luta da Volks só pode ter desfecho favorável aos operários se for ampliada para toda a classe metalúrgica, como parte de um movimento mais geral do proletariado contra a ofensiva capitalista que se avizinha. Também é por isso que está colocada a retomada de lutas mais gerais e radicalizadas contra os ataques capitalistas apesar do controle burocrático das direções corrompidas e de suas tentativas de acordos e conciliação. É sobre esse terreno que se constituirá uma nova direção para os metalúrgicos e para os trabalhadores em geral: a partir da necessidade de confrontar de forma radical os interesses dos capitalistas com a luta de classes, a destruição da burocracia será uma necessidade para a classe resistir. A construção do partido operário revolucionário é peça chave nesse processo.

**Boletins distribuídos entre os dias 22/08 e 04/09:**

## **Para garantirmos nossos empregos e direitos teremos que:**

- 1°. Rejeitar qualquer acordo negociado pela direção do sindicato que inclua demissão ou retirada de direitos.**
- 2°. Ocupar a fábrica não deixar que saia nenhuma máquina ou ferramenta.**
- 3°. Controle operário da produção, ou seja, os trabalhadores é que irão determinar como será feita a produção.**
- 4°. Implantar a escala móvel das horas de trabalho, que significa reduzir a jornada sem reduzir os salários.**

### **Mentira: A Volks não está em crise.**

Todos os anos a Volks faz a mesma chantagem; diz que, se os trabalhadores não aceitarem um acordo de demissão e retirada de direitos, ela vai fechar ou não fará novos investimentos. Nessa conversa, de acordo em acordo, a Volks que, em 1996, tinha 24 mil trabalhadores, hoje tem menos de 12 mil. Ou seja, em dez anos ela conseguiu fechar mais de 12 mil postos de trabalho. Portanto, a direção da Volks não fechou a fábrica. O que fechou foram os postos de trabalho, a fábrica continua ganhando muito dinheiro. Segundo a revista Exame, a Volks é a maior empresa do país no setor automobilístico. Em 2005 lucrou 8,9 bilhões; é a terceira maior empresa privada do país perdendo apenas para a Telemar e Petrobrás. E ainda tem gente que diz que a Volks está em crise, porque ela cometeu erros, porque ela não soube administrar seus negócios. Companheiros, como alguém em seu juízo perfeito pode dizer que a Volks está em crise se os números mostram que ela lucrou bilhões? Não existe crise. A Volks quer demitir e retirar direitos apenas para aumentar seus lucros.

### **Resultado da plenária no sindicato.**

Um grande número de trabalhadores participou da plenária que foi realizada sábado dia 26/08 no sindicato. A plenária foi convocada depois que os trabalhadores rejeitaram por unanimidade em assembléia o plano de reestruturação da Volks, que faz chantagem dizendo que, se os trabalhadores não aceitarem seu plano de reestruturação, que inclui 3600 demissões, ela irá demitir 6100. Na plenária a direção do sindicato informou que nas reuniões que

aconteceram até sexta-feira dia 26/08 a empresa não havia voltado atrás no seu plano de reestruturação. A direção do sindicato informou que as negociações com a empresa iriam continuar durante o final de semana e na segunda-feira; e que terça-feira dia 29/08 haverá assembléia no pátio com as duas turmas para votar uma proposta caso eles cheguem a um acordo com a empresa.

### **É impossível não perguntar:**

O que o sindicato está negociando se só existe a proposta da fábrica? Alguém sabe qual é a proposta da direção do sindicato para se opor a da empresa e combater as demissões? A proposta do sindicato nos últimos anos tem sido a mesma da empresa. Portanto, se a direção do sindicato até agora em nenhum momento falou em organizar a luta pela redução da jornada sem redução de salários é porque certamente eles estão dando uma maquiada na proposta da fábrica e tentarão mais uma vez fazer um acordo que permitirá a empresa impor seu plano de reestruturação, assim como fez em 2001, 2003 e mais recentemente em Taubaté.

### **Inaceitável: Feijóo diz na plenária que não é possível fazer assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC para organizar a luta contra as demissões.**

Enquanto os membros da oposição chap 2 da qual o Nossa Classe faz parte defendiam na plenária que a direção do sindicato convocasse uma assembléia geral com todos os metalúrgicos do ABC para combater as demissões de forma unificada, o Feijóo que é presidente do sindicato disse que era impossível fazer uma assembléia geral com

todos os metalúrgicos, porque o problema das demissões era da Volks. O Feijóo disse ainda que os trabalhadores das outras fábricas não parariam pelos trabalhadores da Volks. O Feijóo jamais poderia dizer que as demissões é um problema apenas da Volks, pois como sabemos, e ele mesmo no início falou, cada demissão na Volks representa dezenas nas outras fábricas da região. E mais, como ele diz que os trabalhadores não parariam se ele não convocou a assembléia para colocar o problema aos trabalhadores e a necessidade da luta unificada contra as demissões?

Á muito tempo estão acontecendo demissões nas fábricas da região. E sabem porque a direção do sindicato não convoca uma assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC para combater as demissões de forma unificada? Porque eles sabem que os trabalhadores unidos podem derrotar os patrões que hoje são seus aliados.

É por isso que o Feijóo não faz o que deveria fazer como presidente do sindicato, ou seja, unificar todos os trabalhadores numa assembléia geral para organizar a luta em defesa da redução da jornada sem redução de salários.

### **A nossa resposta contra as demissões deve ser:**

Nenhuma demissão, emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução de salários).

Se a Volks quiser fechar a fábrica não permitiremos. Ocuparemos a fábrica, não deixaremos que saia nenhuma máquina ou ferramenta. Controle operário da produção. Os trabalhadores é quem irão determinar como será feita a produção.

A Volks é uma multinacional de capi-

tal estrangeiro que saqueia as riquezas do país, lucra bilhões e ainda tem ajuda dos governos que financiam seus negócios. Portanto, defendemos também a estatização e expropriação sem indenização da Volks e de todas as multinacionais, bancos e empresas privadas sobre o controle dos trabalhadores. A estatização será obra da luta dos próprios trabalhadores, será imposta pelo método da ação direta, greves com ocupação das fábricas e o controle operário da produção. A estatização não acontecerá democraticamente, por meio de medidas provisórias deste ou daquele governo burguês. A emancipação dos trabalhadores será obra da luta dos próprios trabalhadores.

## **E os investimentos? Têm garantido emprego?**

A resposta é não. Primeiro, porque junto com um novo carro vem também centena de robôs que a empresa usa para substituir os trabalhadores. Segundo, porque o próprio acordo feito pela direção do sindicato e empresa para vir um novo carro além de permitir as demissões permite também as terceirizações, que como sabemos significa demissões.

Sempre que a empresa ameaça demitir e retirar direitos a primeira coisa que a direção do sindicato faz é exigir da empresa novos investimentos (carro), para a planta. Em troca de um novo investimento a direção do sindicato vem fazendo acordos que permite a empresa demitir milhares de tra-

balhadores, terceirizar várias alas, reduzir salários e direitos. Em 2001, para vir o Pólo foram 700 demissões, milhares de postos terceirizados, redução nos salários etc. Em 2003 para vir o Fox a empresa eliminou 1993 postos de trabalho, mandou os companheiros para o CFE, terceirizou várias alas etc, e mesmo assim não cumpriu o acordo.

Isso mostra que a direção do sindicato não pode continuar fazendo acordos que demite e retira direitos dos trabalhadores em troca de novos investimentos, pois eles estão mantendo apenas a fábrica no ABC, os trabalhadores estão sendo demitidos.

A proposta que a direção do sindicato e nós trabalhadores devemos defender para combater as demissões é a escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução de salários). Desta forma o desenvolvimento tecnológico (robotização, automação), servirá para melhorar e reduzir o trabalho e não para substituir os trabalhadores.

## **Nem o acordo de Taubaté/Volks nem o de São José/GM serve aos trabalhadores.**

Diante da ameaça de demissões feitas pela Volks e a GM os sindicatos de Taubaté/CUT/PT e o de São José dos Campos/Conlutas/PSTU seguiram a mesma lógica dos acordos de demissão feitos em 2001 e 2003 aqui na planta Anchieta pela direção de nosso sindicato.

Vejam abaixo os dois acordos e perce-

bam porque dizemos que eles não servem aos trabalhadores e sim aos patrões.

## **Acordo Conlutas/GM/São José dos Campos:**

1. Suspensão do contrato de trabalho de 250 trabalhadores até 30 de novembro, com pagamento de 100% dos salários no primeiro mês e 80% nos demais.

2. Curso de requalificação obrigatório pelo Senai.

3. Em caso de demissão nesse período, a GM paga quatro salários e quatro meses de convênio médico.

4. Demissão de 135 trabalhadores temporários que tiveram seus contratos vencidos no dia 15 de julho, com pacote de "benefício" que inclui três meses de salários e mais quatro de convênio médico

## **Acordo CUT/Volks/Taubaté:**

1. Demissão de 700 trabalhadores até 2008 (160 já foram demitidos em julho).

2. Redução de salários para novos contratados (ao invés de quatro anos, como é atualmente, os novos contratados levarão nove anos para chegar ao teto da tabela salarial).

3. Criação do Banco de Horas.

4. Aumento de 1% para 2% do plano médico.

5. PDI (demissão indicada) com pagamento de 60% do salário por ano trabalhado.

6. Consórcio modular,

Temos de rechaçar tanto a política de conciliação da CUT quanto a da Conlutas. Nossa luta deve ser por empregos a todos sem nenhuma retirada de direitos.

## **Nossa greve deve continuar com a fábrica inteira parada e não com paralisações de duas horas ou setores**

A luta contra as demissões deve envolver os trabalhadores de toda a fábrica e não apenas os trabalhadores deste ou daquele setor da fábrica. A direção do sindicato não pode dividir a luta dos trabalhadores fazendo paralisações parciais de setores ou alas. Parar setores isolados da fábrica só irá ajudar a empresa. Todos sabemos que paralisar um setor por duas ou três horas não adiantará nada, porque a produção continua sendo feita nos outros setores e alas da fábrica. Com a produção andando, a fábrica não sentirá a pressão.

Ao invés de dividir os trabalhadores fazendo paralisações por áreas (como quer a direção do sindicato), temos que parar toda a fábrica e exigir que seja convocada uma assembleia geral de todos os metalúrgicos do ABC para combater as demissões. A divisão enfraquece nossa luta. Será a

unidade com os trabalhadores das outras fábricas que nos dará força para combater as demissões.

Os trabalhadores devem defender:

- Nenhuma divisão. Continuar com toda a fábrica parada.
- Ocupar a fábrica e não permitir que saia nenhuma máquina ou ferramenta.
- Organizar o comando de greve para impedir o trabalho dos fura-greve (mensalistas, encarregados etc).
- A direção do sindicato deve fazer um fundo de greve para manter a luta por quanto tempo for necessário.
- Assembleia geral de todos os metalúrgicos para aprovar uma luta unificada em defesa da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução de salários), e pelo controle operário da produção.

- Principalmente: Rejeitar qualquer acordo negociado pela direção do sindicato que inclua demissão ou retirada de direitos.

## **A luta deve continuar até reverter todas as demissões**

Não é possível retornar ao trabalho, nem parcialmente, como quer a direção do sindicato, porque 1300 companheiros já receberam a carta de demissão. Quem já recebeu a carta não tem nem condições emocionais de trabalhar. E muitos ainda podem receber, pois a Volks quer a demissão de 1800 até novembro e 3600 trabalhadores até 2008. A empresa instalou o terror. E para acabar com esse terror, só a luta unificada de todos os trabalhadores exigindo **NENHUMA DEMISSÃO, EMPREGO A TODOS.**

**Cuidado, a direção do sindicato quer acabar com a greve.**

## **Os trabalhadores devem votar pela continuidade da greve com toda a fábrica parada até que sejam revertidas todas as demissões**

Na assembleia de hoje, a direção do sindicato mais uma vez irá colocar em votação se a greve deve continuar com toda a fábrica parada ou se devemos retornar ao trabalho e fazer paralisações de duas horas por setores ou alas isoladas. Os trabalhadores devem votar pela continuidade da greve com toda a fábrica parada.

Não podemos retornar ao trabalho e fazer paralisações de duas horas como quer a direção do sindicato. Se retornarmos ao trabalho e começarmos a fazer paralisações de duas horas ou de setores isolados será o fim de nossa luta. Tudo que a fábrica quer é que façamos a luta divididos, pois desta forma ela poderá atacar os trabalhadores separadamente. Hoje, com a fábrica inteira parada, não tem nenhum trabalhador da produção furando a greve. Agora, se retornarmos ao trabalho e pararmos apenas um setor ou ala com certeza os pelegos que não têm consciência da luta irão rasgar na hora extra, prejudicando assim a nossa luta. Com toda a fábrica parada, os pelegos não terão como fazer horas extras.

A direção do sindicato diz que parar por duas horas ou setores isolados é uma "greve inteligente". Não tem nada de "inteligente" dividir os trabalhadores durante a luta. Dividir os trabalhadores é facilitar o ataque da empresa. Inteligente mesmo é fazer a luta unificada de todos os trabalhadores.

A direção do sindicato diz que os trabalhadores não aguentam fazer uma greve longa e por isso tem de ser feita só por duas horas ou setores. Isso é falso. Os trabalhadores não aguentam é serem demitidos e ficarem anos desempregados. Para uma luta longa, o que precisamos é de um Fundo de Greve e da unidade com os trabalhadores de outras fábricas.

Estamos no sexto dia de greve. A fábrica está totalmente parada. Taubaté e Curitiba já pararam por falta de peças.

Não tem sentido também retornar-

mos ao trabalho se a empresa já entregou para 1300 companheiros a carta de demissão e permanece a ameaça de demissão para todos. Recuar agora é aceitar essas e outras demissões. Para a empresa, quem não for em novembro, vai em dezembro, janeiro, fevereiro etc. Portanto, a luta é de todos, porque todos estamos ameaçados.

### **É necessário construir um comando de greve independente**

Após aprovar a continuidade da luta, os trabalhadores devem construir um comando de greve independente para organizar as atividades diárias da greve e impedir que a direção do sindicato acabe com a greve.

O que tem de fazer o comando:

- Organizar diariamente as atividades da greve e sua divulgação nas fábricas e bairros da região.
- Organizar os trabalhadores para ocupar a fábrica e não permitir que saia nenhuma máquina ou ferramenta.
- Informar e orientar os trabalhadores diariamente sobre a greve.
- Reivindicar do sindicato o direito à palavra nas assembleias.
- Fazer o Fundo de Greve e uma campanha de arrecadação de alimentos nas fábricas da região para manter a greve.
- Exigir que a direção do sindicato convoque assembleia geral de todos os metalúrgicos para organizar a luta unificada contra as demissões.

### **Manter a ocupação para ter o controle sobre a fábrica**

Não adianta os trabalhadores aprovarem a greve e depois irem embora pra casa. Todos têm de permanecer dentro da fábrica, para não permitir que a empresa possa retirar as ferramentas e as máquinas. Para impedir também que os fura-greves, como os encarregados, es-

tampem peças para Curitiba e Taubaté, ou façam qualquer outra atividade. É a ocupação da fábrica que garantirá a paralisação total da produção durante a greve.

### **Trabalhadores da Cosipa páram em apoio à greve na Volks**

Os companheiros da Cosipa paralisaram a produção e fecharam as duas pistas da Imigrantes na sexta-feira (01/09) em apoio à nossa luta contra as demissões. Isso mostra que é possível buscar o apoio dos trabalhadores de outras fábricas para a luta contra as demissões. Não se deve esperar que os patrões das outras montadoras, autopeças e empresas da região demitam para depois decidir o que fazer, como fez a direção do sindicato. Temos é de nos antecipar e com uma luta unificada reverter as demissões ocorridas e impedir que se faça qualquer outra demissão. Defender emprego a todos por meio da escala móvel de horas de trabalho (redução da jornada sem redução de salário).

### **Contra a chantagem de fechamento da empresa, defendemos a estatização sob o controle operário**

A Volks é uma multinacional que vem saqueando as riquezas do país, lucra bilhões e ainda tem ajuda do governo, que financia seus negócios. A Volks afirmou que se não for aplicado seu plano de reestruturação, que inclui 3600 demissões, então ela pode fechar a fábrica. Contra essa chantagem, nossa resposta deve ser: estatização da empresa sem nenhuma indenização e sob o controle dos trabalhadores. Isso também vale para as outras multinacionais, bancos etc. A estatização só virá pela ação direta dos trabalhadores, nunca pelas mãos dos governos burgueses.

**Nesta edição:**

- Massacre no Líbano: Querem o silêncio dos vivos
- Governo reprime violentamente os professores mexicanos em greve há mais 90 dias
- Afeganistão: Só com massacre
- Bolívia: A constituinte aprovará uma constituição ajustada às ordens do imperialismo, da burguesia e das multinacionais

Artigos do Cerqui  
**Comitê de Enlace  
 pela Reconstrução  
 da IV Internacional**



**Massacre no Líbano: Querem o silêncio dos vivos**

Na edição de 23 de agosto, do O Estado de São Paulo, temos estampado o título: “Federação israelita pede inquérito contra Sintusp”. A notícia começa assim: “Um estilhaço do conflito entre Israel e o Hezbollah veio parar no campus da Universidade de São Paulo. Ontem a Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisep) informou ter pedido à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado a instauração de inquérito policial contra o Sindicato dos Trabalhadores da USP, o Sintusp, “para apuração de atos discriminatórios e preconceituosos contra a comunidade judaica”, que a entidade representa.

O pedido da Fisep se baseia em um panfleto que convocava para um ato a ser realizado no anfiteatro da USP. Segundo a matéria, o panfleto referia-se “às poderosas forças dos imperialistas e genocidas judeus”. E continua: “Também é absurdo pedirem o fim de um país”. O presidente do Sintusp foi aconselhado pelo advogado do sindicato a processar a Fisep “por atentado contra o direito de expressão”. O que não tem o menor sentido para a luta contra o Estado sionista. Um erro que o Sintusp não deve incorrer.

Faz parte desse conflito a proibição do Reitor da USP de utilização do anfiteatro. A autorização foi suspensa sob o argumento de que se tratava de “um ato contra a existência de Israel”.

Do ponto de vista concreto da guerra, não é Israel que está sendo destruído, mas sim o Líbano. É claro que a questão histórica do Estado de Israel, que não pode ser confundido com o povo judeu, viria à tona, como parte da questão histórica da Palestina e do conjunto do Oriente Médio.

O objetivo da Fisep não é o de defender um país ameaçado de destruição, mas resguardar o direito do Estado israelita de bombardear casas, prédios, aeroportos, estradas, pontes, escolas etc. É claro que os defensores do massacre – Israel tem a capacidade militar para devastar em grande escala todo Oriente Médio – dirão que é justo se precaverem do que pode vir a ser no futuro. É flagrante a contradição – para sobreviver é preciso destruir e dominar. Isso não tem a ver com o povo judeu, que carrega as marcas do anti-semitismo nazista e do Holocausto, que poucos vêem como consequência do capitalismo. Tem a



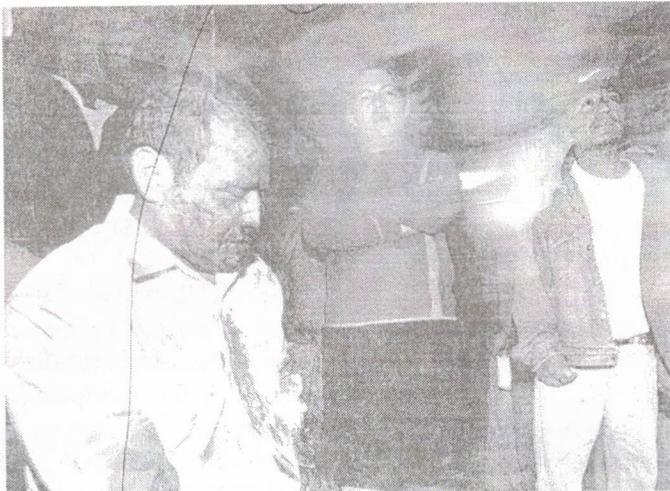
ver com a criação de um Estado em uma etapa da história marcada pelo imperialismo – fase de guerras e revoluções.

Não se pode esquematizar a equação montada pelo intervencionismo inglês e francês, no entre guerras, e depois reequacionada pelos Estados Unidos. Não há apenas uma guerra pontualizada. Há um contexto bélico generalizado, marcado pelas ocupações norte-americanas no Afeganistão e no Iraque. Entrelaçam-se com a questão nuclear iraniana. Evidentemente, Israel é parte da equação dos Estados Unidos para o Oriente Médio, visivelmente empenhado em controlar as fontes de matéria prima, cuja escassez entra nos cálculos militares das potências.

É comum atribuir às guerras razões étnicas, religiosas e até mesmo às loucuras humanas. Mas tais fatores não são as causas fundamentais. São as forças produtivas e as fronteiras nacionais, na forma da grande propriedade capitalista e na dos Estados nacionais, que levam às guerras. Para se posicionar corretamente perante as conflagrações dessa natureza, e combater a barbárie de nosso tempo, é preciso ver o comando imperialista das forças produtivas. A consciência não deve se prender a esta ou aquela nacionalidade, mas se orientar pelo fim das contradições que levam às guerras de dominação, ou de libertação. Nesse sentido, são decisivos os movimentos de massa e a livre manifestação do pensamento contra a guerra de Israel ao Líbano.

## Governo reprime violentamente os professores mexicanos em greve há mais 90 dias

Desde maio, os professores exigem reajustes salariais. Diante da negativa do governo, os professores declaram em greve. As manifestações contaram com o apoio da população pobre. No dia 14 de Junho, a tropa de choque atacou o acampamento dos grevistas, na principal praça de Oaxaca, matando 11 pessoas (oito adultos e três crianças). A reação dos professores foi a de avançar a mobilização com a ocupação de 10 estações de rádio da cidade, a sede do governo e da Assembléia Legislativa. A greve foi transformada numa grande revolta popular. Como forma organizativa, sindicalistas, professores, camponeses e movimentos revolucionários criaram a Assembléia Popular do Povo de Oaxaca. No final de agosto, o movimento sofre mais uma violenta repressão policial.



ções presidenciais vêm sendo contestada pela mesma razão. A podridão do Estado e dos partidos da ordem capitalista (PRI, PAN e PRD) vêm à tona por meio das disputas interburguesas. Por outro lado, os governos cumprem as diretrizes do grande capital, que têm como essência o arrocho salarial, as demissões, a destruição de direitos sociais e o crescimento da privatização da educação pública.

A enorme combatividade dos professores, setores do operariado e camponeses demons-

tram que os explorados e oprimidos se chocam contra os governos, que estão submetidos às orientações do imperialismo. Mostram que não há outra via senão a luta direta (ocupação, greve etc) para impor as reivindicações mais elementares, como a de reajuste salarial. E ressaltam a importância da construção do partido operário revolucionário, que tem como programa a derrota, por meio da insurreição, do capitalismo e a implantação da propriedade coletiva dos meios de produção. A ausência do partido no México é o maior obstáculo para avançar a luta de classe.

## Afeganistão

### Só com massacre

A Força Internacional de Assistência à Segurança no Afeganistão (Isaf) divulgou o resultado da Operação Medusa, no dia 2\9, realizada na Província de Kandahar: mais de 200 guerrilheiros do Taleban foram mortos. A Isaf é comandada pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), portanto, pelas forças multinacional do imperialismo.

O Taleban constituía o governo no Afeganistão. Com o atentado de 11 de novembro às Torres Gêmeas, os Estados Unidos lideraram uma guerra de ocupação desse País. Estabeleceram um governo fantoche, ligado aos produtores de papoulas destinadas à extração do ópio, e criaram a sua democracia.

A guerra tecnológica que fez tremer as montanhas de Tora Bora parecia ter liquidado de vez a resistência mulçumana do Taleban. Mas a carnificina e o terror implantado pelos militares estrangeiros não liquidou a resistência afegã. Lembremos que esse povo enfrentou a ocupação da ex-União Soviética, com apoio financeiro e militar dos Estados Unidos. O Taleban foi produto dessa guerra vitoriosa, mas às custas de divisões internas, alimentadas pelas forças externas, e de tremendo sacrifício.

Os Estados Unidos esperavam controlar o poder do Taleban, mas não conseguiram transformá-lo em fantoche. Ao contrário, os talebans desenvolveram o nacionalismo mulçumano e abrigaram a organização Al Qaeda, de Bin Laden, que também serviu no passado aos interesses norte-americanos. Faz

parte desse choque a adaptação da feudal-burguesia árabe aos negócios dos Estados Unidos e demais potências, a guerra contra o Iraque, o conflito com o Irã que beira à guerra e o expansionismo colonialista de Israel sobre a Palestina e Líbano.

No Iraque, os Estados Unidos sofrem acirrada resistência guerrilheira; no Afeganistão, ocorre o mesmo com a Isaf; na Palestina, Israel sustenta ataques permanentes, e, com a guerra julho\agosto contra o Líbano, acrescenta em sua conta mais massacre de civis. É neste quadro que a Isaf divulga a matança no Afeganistão.

Temos o retrato da barbárie imperialista contra os povos oprimidos. As potências não têm outro recurso para controlar países e povos que se rebelam contra o saque senão as ocupações e as chacinas. Nesse combate, no entanto, as massas se temperam contra a opressão nacional.

A luta antiimperialista mostra a necessidade dos explorados destruir o capitalismo. O nacionalismo dos povos em luta, por mais radical que seja em seus objetivos nacionais e em seus métodos, não tem como vencer o imperialismo. As vitórias e as derrotas terão de se transformar em patamar para a luta revolucionária comunista - no sentido histórico concebido pelo socialismo científico de Marx e Engels.

Os marxistas lutam incondicionalmente pela derrota do imperialismo e sua expulsão do Afeganistão.

## **A constituinte aprovará uma constituição ajustada às ordens do imperialismo, da burguesia e das multinacionais**

Patricio

A esta altura do que já expressou e fez o governo de Evo, do MAS, pretensamente "índio", e que foi transformado profundamente pela invasão de parte de quadrilhas de classe média de arrivistas, de carreiristas, de politíqueiros figurões etc. PODE-SE DIZER QUE ESTE SUPOSTO PARTIDO, que não tem programa nem estatutos, É NA ATUALIDADE O PALANQUE DOS FIGURÕES DA CLASSE MÉDIA E QUE DEIXOU DE EXPRESSAR AS PARTICULARIDADES E DEMANDAS DAS MASSAS CAMPONESAS.

Os camponeses são pequenos proprietários, inclusive os comunários recebem um lote, à exceção dos pequenos grupos que seguem conservando traços comunistas deformados.

Por isso os dirigentes camponeses, aproveitam qualquer oportunidade (sindical, religiosa ou política) para se converterem em médios ou grandes proprietários.

Para disfarçar o gobierno atual de "índio", se colocaram alguns nativos como ministros, mas os que movem os aparatos ministeriais são equipes de pequeno-burgueses ambiciosos.

As respostas aos problemas governamentais e também aos nacionais se vem elaborando conforme o ordenamento jurídico vigente e que foi herdado dos regimes burgueses nativos, francamente capitalistas e lacaios do imperialismo.

A demagogia massista é por demais atrevida: aos movimentos oficialistas, às medidas ministeriais copiadas literal-

mente das determinações dos governos da rosca serviçal do imperialismo, SE ATREVE A PROCLAMAR QUE SÃO MANIFESTAÇÕES DA REVOLUÇÃO "DEMOCRÁTICA" E POPULAR, COMO SE ESTA JÁ SE ESTIVESSE PRODUZINDO.

A incapacidade massista é explicável porque sua proposta que vem cumprindo religiosamente é a de manter aplicada o ordenamento jurídico tradicional, ou seja, os pilares fundamentais dos princípios constitucionais e das ordens jurídicas fundamentais.

NESTE TERRENO SEGUEM REPETINDO E REPRODUZINDO AS NORMAS JURÍDICAS LANÇADAS NA INDEPENDÊNCIA DE 1925 E POSTERIORMENTE.

NESTE MOMENTO, O OBJETIVO FUNDAMENTAL DE EVO E DE SEU GOVERNO, que de certo modo prova sua burrice e cegueira copiadas da burguesia, É A DE CONTROLAR TOTALMENTE A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, NÃO IMPORTANDO A QUE PREÇO, PORQUE DELIRA QUE SATISFARÁ TODOS OS SEUS SONHOS, DESDE PRORROGAR O MANDATO PRESIDENCIAL E DITAR TODAS AS LEIS NECESSÁRIAS PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DO PAÍS E QUE AGORA SE LHE APRESENTAM COMO INTRAGÁVEIS. Bem, os sonhos, sonhos são!

### **NEM O PARAÍSO NEM O INFERNO:**

## **Cuba: um Estado Operário degenerado em transição para o capitalismo**

(De El Insurgente No.47. Sta. Cruz)

*Os bandos fascistas de cubanos em Miami e seus agentes na Bolívia, usando as típicas provocações do imperialismo, conspiram para voltar os bolivianos contra a revolução cubana. A campanha psicológica e política e a intromissão é aberta e canalizada pela mídia e se dão sob os próprios narizes do MAS, que supostamente é aliado de Castro. O MAS não atina a responder nada porque não é comunista.*

A situação crítica da economia cubana não é nenhuma novidade, mas parece que muitos a acabam assimilando e sua visão ideal de Cuba se vai ao solo, se assustam e retrocedem.

Manipulando este fato, os meios de comunicação tratam de gerar o pânico, para que as pessoas reneguem o comunismo e a revolução e evitem que Bolívia avance para o socialismo.

Há que entender que Cuba atravessou um processo complexo, é socialista só quanto à propriedade dos meios de produção social, mas continua sendo um país atrasado; para alcançar o socialismo como um sistema economicamente superior ao capitalismo, a revolução deve triunfar em nível mundial. Cuba é apenas um germe da nova sociedade, aprisionado pelo imperi-

alismo e pela falta da direção proletária que reorienta o processo estancado rumo a uma transformação efetivamente revolucionária.

Castro e os castristas não são nem foram marxistas nunca. Expressam o interesse de uma camada privilegiada e burocratizada de origem pequeno-burguesa que vai capitulando diante do capitalismo, subordinando-se agora ao MERCOSUL e às dádivas de governos burgueses latino-americanos e europeus.

Os trotskistas defendemos a revolução e o Estado Operário cubano e para que sobreviva à pressão e ataque que lhe faz o imperialismo e seus serviços lutamos para que na Bolívia se dê a revolução social proletária que funde um Estado Operário orientado ao comunismo, isso porque a única forma de conquistar o triunfo do socialismo é estruturando estados operários em todas as partes e não em um só país.

Buscar o triunfo do comunismo é potenciar a organização verdadeiramente revolucionária, o POR e não falsos socialistas como o MAS, que temem a revolução porque dizem que estamos em um mundo globalizado.

(Extraído do Massas boliviano n.o 2007)